

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**

Guanhães Energia S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Guanhães Energia S.A.
Ipatinga - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Guanhães Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Guanhães Energia S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	22	422	5.940	4.542
Títulos e valores mobiliários	6	5	35	133	165
Concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	5.975	5.766
Créditos com partes relacionadas	19	922	732	-	-
Outros créditos		2	6	1.250	226
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		951	1.195	13.298	10.699
Tributos a recuperar		559	878	1.382	2.361
Títulos e valores mobiliários	6	5.950	5.658	11.895	12.247
Depósitos judiciais		-	-	1.304	1.304
Investimentos	8	264.545	259.991	-	-
Imobilizado	9	47	55	386.209	400.546
Intangível	10	67	51	3.800	3.033
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		271.168	266.633	404.590	419.491
TOTAL DO ATIVO		272.119	267.828	417.888	430.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores	11	148	242	13.263	13.661
Tributos a recolher		45	109	634	685
Empréstimos e financiamentos	12	3.689	484	12.674	12.718
Outros débitos		92	228	92	228
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		3.974	1.063	26.663	27.292
Tributos a recolher		-	-	959	960
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	114.836	126.718
Parcelamentos de tributos		-	14	2.835	2.969
Outros débitos		-	-	4.450	5.500
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	14	123.080	136.147
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13				
Capital social		548.626	548.626	548.626	548.626
Prejuízos acumulados		(280.481)	(281.875)	(280.481)	(281.875)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		268.145	266.751	268.145	266.751
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		272.119	267.828	417.888	430.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA LÍQUIDA	14	-	-	49.174	50.983
CUSTO DA OPERAÇÃO	15	-	-	(33.483)	(37.537)
LUCRO BRUTO				15.691	13.446
Despesas gerais e administrativas	15	-	(1.300)	(2.531)	(4.602)
Outras despesas	15	-	(203)	(326)	(294)
Resultado de equivalência patrimonial	8	1.278	(751)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.278	(2.254)	12.834	8.550
RESULTADO FINANCEIRO	16	140	318	(9.873)	(8.790)
Receitas financeiras		144	378	340	853
Despesas financeiras		(4)	(60)	(10.213)	(9.643)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.418	(1.936)	2.961	(240)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(24)	(10)	(1.567)	(1.706)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		1.394	(1.946)	1.394	(1.946)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.394	(1.946)	1.394	(1.946)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	1.394	(1.946)	1.394	(1.946)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2019	396.402	111.886	(279.929)	228.359
Integralização de capital	152.224	(152.224)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	40.338	-	40.338
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.946)	(1.946)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	548.626	-	(281.875)	266.751
Lucro líquido do exercício	-	-	1.394	1.394
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	548.626	-	(280.481)	268.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(184)	(1.685)	16.144	8.641
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.394	(1.946)	1.394	(1.946)
Depreciação de ativo Imobilizado	9	12	10	17.083	14.018
Despesa com juros sobre financiamentos	12	-	-	8.974	9.026
Baixa de imobilizado	9	5	-	25	583
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	16	(144)	(378)	(292)	(750)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(1.278)	751	-	-
Despesa com juros mutuos	12	11	-	-	-
Variações nos ativos e passivos		(184)	(122)	(11.040)	(12.290)
Tributos a recuperar		318	(49)	979	(55)
Títulos e valores mobiliários		-	-	47	-
Depósitos Judiciais		-	-	-	386
Créditos com partes relacionadas		(190)	(152)	-	-
Outros créditos		7	5	(1.024)	43
Concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	(209)	(5.562)
Fornecedores		(94)	(34)	(398)	(454)
Tributos a recolher		(64)	21	(52)	432
Pagamentos de parcelamentos tributos		(14)	(17)	(134)	(290)
Outros débitos		(136)	104	(1.186)	4.414
Recebimento outras receitas	16	-	-	(48)	-
Pagamentos de juros de financiamentos	12	-	-	(9.015)	(11.204)
Pagamentos de juros s/mútuos	12	(11)	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		(3.421)	(39.842)	(2.861)	(35.989)
Aquisição de títulos e valores mobiliários		(170)	-	(309)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários		31	1.210	986	1.266
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		(3.275)	(40.980)	-	-
Aquisições de bens de ativo imobilizado	9	9	(38)	(2.857)	(36.876)
Aquisições de bens de ativo intangível	10	(16)	(34)	(681)	(379)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos		3.205	40.822	(11.885)	27.313
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	40.338	-	40.338
Captação de empréstimos e financiamentos	12	-	-	1.178	-
Captação de mútuos	12	3.735	484	-	-
Amortização de principal de financiamentos	12	-	-	(13.063)	(13.025)
Amortização de mútuos	12	(530)	-	-	-
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa		(400)	(705)	1.398	(35)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	422	1.127	4.542	4.577
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	22	422	5.940	4.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Guanhães Energia S.A. (“Companhia” ou “Guanhães Energia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em junho de 2006, com sede na cidade de Ipatinga – MG, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de geração e comercialização de energia elétrica.

As controladas da Guanhães Energia, descritas na nota explicativa 2, compõem o Grupo Guanhães (“Grupo Guanhães” ou “Grupo”).

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 3.023 na controladora e R\$ 13.365 (R\$ 16.593 em 31 de dezembro de 2019) no consolidado, contudo a Administração entende que o cenário atual de capital circulante líquido negativo, não representa risco a Companhia, pois a situação se deve especificamente por conta do financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e dos gastos incorridos para implantação das PCHs.

2. ENTIDADES INVESTIDAS

a) Controladas diretas

- PCH Dores de Guanhães S.A. (“PCH Dores de Guanhães”, 100%) - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dores de Guanhães. Em 22 de novembro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Dores de Guanhães pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução nº 638 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 931, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Dores de Guanhães, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.. A capacidade geradora da Usina é de 14,0 MW.

A controlada PCH Dores de Guanhães foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 2.252, de 02 de outubro de 2018 e nº 2.643, de 19 de novembro de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- PCH Fortuna II S.A. ("PCH Fortuna II", 100%) - Localizada no Rio Corrente Grande, Municípios de Guanhães e Virginópolis. Em 21 de dezembro de 2001 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Fortuna II pela ANEEL, por meio da Resolução nº 601 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 932, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Fortuna II, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.. A capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

A controlada PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019,, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- PCH Jacaré S.A. ("PCH Jacaré", 100%) - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dores de Guanhães. Em 29 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Jacaré pela ANEEL, por meio da Resolução nº 588 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 934, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Jacaré, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.. A capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

A controlada PCH Jacaré foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1.512, de 29 de maio de 2019 e nº 2.034, de 24 de julho de 2019, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- PCH Senhora do Porto S.A. ("PCH Senhora do Porto", 100%) - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dores de Guanhães. Em 08 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Senhora do Porto pela ANEEL, por meio da Resolução nº 545 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 933, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Senhora do Porto, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.. A capacidade geradora da Usina é de 12,0 MW.

A controlada PCH Senhora do Porto foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1176, de 27 de maio de 2018 e nº 1761, de 06 de agosto de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

As controladas possuem contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado ("ACR") devido a participação no 22º Leilão de energia nova ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

2.2.1 Autorizações do Grupo Guanhães

Segue abaixo o resumo das autorizações do Grupo Guanhães vigentes em 31 de dezembro de 2020:

Autorizações	Data da autorização	Data de vencimento
PCH Dores de Guanhães	nov/2002	nov/2032
PCH Fortuna II	dez/2001	dez/2031
PCH Jacaré	out/2002	out/2032
PCH Senhora do Porto	out/2002	out/2032

Conforme previsto no art. 7º da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, o empreendimento de geração de energia elétrica que vier a garantir em leilão o direito de firmar CCEAR terá o prazo de sua autorização prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização. Dessa forma, o prazo de autorização das controladas da Companhia foi prorrogado até dezembro de 2047.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de junho de 2021, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na nota explicativa 18.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020 e estão consolidadas integralmente.

3.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) (nota 9); (ii) provisões para gastos ambientais classificados na rubrica de outros débitos; e (iii) contingências (Nota 13).

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

4.1 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia e suas controladas reconhecem os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro e passivo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros e passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias:

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nessa categoria encontram-se as equivalentes de caixa, concessionárias, permissionárias e clientes, créditos com partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros débitos.

A Companhia e suas controladas não possuem contabilidade de hedge (hedge accounting) e tampouco operações com instrumentos financeiros derivativos.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB).

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

4.1.1 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

4.3 Concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da CCEE.

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa é registrada, quando aplicável, com base em estimativas da Administração em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

4.4 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.5 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil do bem ou pelo prazo da autorização, dos dois o menor, utilizando o método de custo histórico, pois considera que estes não podem ser negociados, doados ou cedidos e fazem parte do projeto original, bem como serão entregues ao poder concedente ao final da autorização sem indenização.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

4.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos no mínimo no fim de cada exercício social e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

Eventuais ajustes nos métodos de amortização, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos de forma prospectiva na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos de que as unidades geradoras de caixa da Companhia estivessem registradas por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.8 Provisões

4.8.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração.

4.8.2 Provisões para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis, regulatórios e ambientais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis, regulatórios e ambientais são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuem processos de naturezas trabalhistas, fiscais, cíveis, regulatórios e ambientais avaliadas por seus consultores jurídicos internos e externos com probabilidade de perda provável que devessem ser reconhecidas em suas demonstrações financeiras.

4.9 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia avalia se a respectiva receita será apresentada líquida de perdas estimadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.9.1 Receita de venda de energia

É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE, estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração

4.9.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.10 Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação da Guanhães Energia é com base no lucro real para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido do exercício.

O regime de tributação da controladas é com base no lucro presumido para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas para receitas de vendas de energia:

Imposto de renda - base de cálculo de 8% sobre a receita bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.

Contribuição social - base de cálculo de 12% sobre a receita bruta e, acrescidos da receita financeira, sendo a alíquota de 9%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020.

O Grupo aplicou pela primeira vez a revisão no CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. Foram revisados alguns novos conceitos do pronunciamento, fornecendo definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Abaixo relacionamos os pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2020 os quais não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Alterações no CPC 15 (R1) - Definição de negócios

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. Essas alterações podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Reforma da Taxa de Juros de Referência

Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações financeiras. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Não se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) não trouxeram alterações significativas na demonstração financeira correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alterações, mais ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e serão implementadas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

Alterações no CPC 48, CPC 08, CPC 11 e CPC 06 (R2): Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais.

Alterações no CPC 25: Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).

Alterações no CPC 27: Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Contas bancárias	22	422	5.940	4.542
Total	22	422	5.940	4.542

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Certificados de depósitos bancários (CDB)	5	-	5	35	-	35
Conta reserva -BNDES	-	5.950	5.950	-	5.658	5.658
Total	5	5.950	5.955	35	5.658	5.693

	Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Certificados de depósitos bancários (CDB)	133	-	133	165	-	165
Conta reserva -BNDES	-	11.895	11.895	-	12.247	12.247
Total	133	11.895	12.028	165	12.247	12.412

Os títulos e valores mobiliários são representados por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondem a:

- (i) Aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. Em sua maioria são atrelados ao CDI.
- (ii) O saldo da "conta reserva - BNDES está vinculado à garantia do financiamento do BNDES. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.

A remuneração média das aplicações é de 96% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (94% em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. CONCESSIONÁRIAS, PERMISSONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Concessionárias, permissionárias e clientes	5.975	5.766
Total	5.975	5.766

Os saldos a receber de clientes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são referentes a venda de energia comercializada no leilão A-3.

8. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019
PCH Dores de Guanhães	83.197	81.305
PCH Fortuna II	43.824	42.674
PCH Jacaré	62.464	62.918
PCH Senhora do Porto	75.060	73.095
Total dos investimentos	264.545	259.992

Movimentação dos investimentos nas controladas nos exercícios de 2020 e 2019:

	Controladora						
	31.12.2018	AFAC	Equivalencia Patrimonial	31.12.2019	AFAC	Equivalencia Patrimonial	31.12.2020
PCH Dores de Guanhães	74.501	3.950	2.854	81.305	-	1.892	83.197
PCH Fortuna II	32.100	12.345	(1.772)	42.673	2.150	(999)	43.824
PCH Jacaré	44.799	21.585	(3.466)	62.918	1.125	(1.579)	62.464
PCH Senhora do Porto	68.362	3.100	1.633	73.095	-	1.965	75.060
Total	219.762	40.980	(751)	259.991	3.275	1.279	264.545

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo, informações sobre as empresas controladas:

Controladas	31.12.2020				31.12.2019			
	Capital Social Integralizado	Total Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Capital Social Integralizado	Total Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
PCH Dores de Guanhães	106.978	126.670	83.197	1.892	103.028	128.049	81.305	2.854
PCH Fortuna II	110.944	75.563	43.824	(999)	98.598	77.535	42.674	(1.772)
PCH Jacaré	150.177	98.247	62.464	(1.579)	128.592	102.207	62.918	(3.466)
PCH Senhora do Porto	86.520	114.445	75.060	1.965	83.420	115.778	73.095	1.633

Segue abaixo os saldos integrais patrimoniais de 31 de dezembro de 2020 e 2019 e o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 das controladas:

ATIVO	31.12.2020				31.12.2019			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
Circulante	6.754	2.396	2.716	5.092	3.602	2.078	2.254	2.786
Caixa e equivalentes de caixa	1.869	905	1.208	1.936	1.254	911	954	1.001
Outros	4.885	1.491	1.508	3.156	2.348	1.167	1.300	1.785
Não Circulante	119.916	73.167	95.531	109.353	124.447	75.457	99.953	112.992
TOTAL DO ATIVO	126.670	75.563	98.247	114.445	128.049	77.535	102.207	115.778
PASSIVO								
Circulante	6.748	6.863	8.187	5.502	6.451	6.845	8.691	5.458
Empréstimos e financiamentos	3.814	2.612	2.656	3.592	3.909	2.445	2.680	3.684
Outros	2.934	4.251	5.531	1.910	2.542	4.400	6.011	1.774
Não Circulante	36.725	24.876	27.596	33.883	40.293	28.017	30.598	37.225
Empréstimos e financiamentos	34.337	23.669	24.506	32.324	37.789	26.288	27.025	35.616
Outros	2.388	1.207	3.090	1.559	2.504	1.729	3.573	1.609
Patrimônio Líquido	83.197	43.824	62.464	75.060	81.305	42.673	62.918	73.095
TOTAL DO PASSIVO	126.670	75.563	98.247	114.445	128.049	77.535	102.207	115.778

DEMONSTRAÇÃO O RESULTADO	31.12.2020				31.12.2019			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS								
Suprimento Energia	15.687	10.163	10.826	14.361	17.654	9.737	9.382	16.140
Deduções da Receita	(573)	(371)	(395)	(524)	(644)	(355)	(342)	(589)
CUSTO DA OPERAÇÃO								
Energia Comprada	(2.791)	(2.024)	(1.990)	(2.470)	(2.819)	(3.677)	(6.143)	(2.620)
Outras	(6.098)	(5.672)	(7.004)	(5.434)	(6.398)	(4.870)	(4.292)	(6.718)
LUCRO (PREJUIZO) BRUTO	6.225	2.096	1.437	5.933	7.793	835	(1.395)	6.213
DESPESAS OPERACIONAIS								
Despesas gerais e administrativas	(740)	(614)	(501)	(676)	(829)	(907)	(782)	(784)
Outras despesas	(90)	(118)	(91)	(26)	(71)	(20)	-	-
Receitas financeiras	67	38	36	55	167	77	78	153
Despesas financeiras	(3.088)	(2.099)	(2.138)	(2.884)	(3.629)	(1.455)	(1.076)	(3.423)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(482)	(302)	(322)	(437)	(577)	(302)	(291)	(526)
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.892	(999)	(1.579)	1.965	2.854	(1.772)	(3.466)	1.633

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

	Consolidado											
	Saldos em 31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências para serviços	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Transferências para serviços	Saldos em 31.12.2020
IMOBILIZADO EM CURSO												
Terrenos	10.111	246	(225)	-	(8.477)	1.655	92	-	-	-	(365)	1.382
Reservatórios, barragens e adutoras	123.528	9.555	-	-	(133.687)	(604)	316	-	-	-	(57)	(345)
Edificações, obras Cíveis e benfeitorias	79.448	20.055	-	-	(91.500)	8.003	1.987	(20)	-	-	-	9.970
Máquinas e equipamentos	101.329	8.172	-	(9)	(60.672)	48.820	453	-	-	-	-	49.066
Estudos e projetos	3.399	-	-	-	(3.399)	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	4	7	-	(1)	(1)	9	-	-	-	-	-	9
Total das Imobilizações em curso	317.819	38.035	(225)	(10)	(297.736)	57.883	2.848	(20)	-	-	(629)	60.082
A RATEAR												
A ratear	90.719	1.317	(232)	-	(91.804)	-	-	-	-	-	-	-
Total a Ratear	90.719	1.317	(232)	-	(91.804)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL EM CURSO	408.538	39.352	(457)	(10)	(389.540)	57.883	2.848	(20)	-	-	(629)	60.082
IMOBILIZADO EM SERVIÇO												
Terrenos	263	-	(126)	-	8477	8.614	-	-	-	(86)	8	8.536
Reservatórios, barragens e adutoras	71.415	126	-	(7.497)	1.78968	243.012	-	-	(8.685)	-	414	234.741
Edificações, obras Cíveis e benfeitorias	15.156	-	-	(3.124)	1.00698	112.730	-	-	(4.041)	-	-	108.689
Máquinas e equipamentos	17.385	-	-	(3.387)	1.01389	115.387	9	(5)	(4.356)	-	207	111.242
Móveis e utensílios	2	-	-	(1)	8	9	-	-	(1)	-	-	8
SUBTOTAL EM SERVIÇO	104.221	126	(126)	(14.009)	389.540	479.752	9	(5)	(17.083)	(86)	629	463.216
Provisão/reversão para redução ao valor recuperável	(137.089)	-	-	-	-	(137.089)	-	-	-	-	-	(137.089)
Total do Imobilizado	375.670	39.478	(583)	(14.019)	-	400.546	2.857	(25)	(17.083)	(86)	-	386.209

Segue abaixo a composição do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Consolidado			
	31.12.2020		31.12.2019	
	Custo histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	8.536	-	8.536	8.614
Reservatórios, barragens e adutoras	251.533	(16.792)	234.741	243.012
Edific. Obras civis e benfeitorias	116.030	(7.341)	108.689	112.730
Máquinas e equipamentos	119.166	(7.924)	111.242	115.387
Outros	10	(2)	8	9
EM SERVIÇO	495.275	(32.059)	463.216	479.752
Terrenos	1.382	-	1.382	1.655
Reservatórios, barragens e adutoras	(345)	-	(345)	(604)
Máquinas e equipamentos	49.066	-	49.066	48.820
Montagem de equipamentos e obra civil	9.970	-	9.970	8.003
Outros	9	-	9	9
EM CURSO	60.082	-	60.082	57.883

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa de vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%
Comporta	3,33
Conduto forçado	3,13
Disjuntor	3,03
Equipamentos da tomada d'agua	3,70
Gerador	3,33
Sistema de alimentação de energia	5,88
Sistema de proteção de medição e automação	6,67
Transformador de força	2,86
Turbina Hidráulica	2,50

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Nos últimos anos, a Companhia foi impactada por questões relacionadas ao cumprimento do Contrato EPC, o que resultou na celebração de aditivos ao contrato com o Consórcio Construtor PCHs Guanhões (CCPG), postergação da entrada em operação das controladas, maior volume de aportes dos sócios e despesas financeiras decorrentes de empréstimos.

Para fins de avaliação da recuperação dos ativos, a Administração atualizou o modelo de acompanhamento do retorno dos projetos de cada uma das controladas—e o fluxo de caixa descontado com a melhor estimativa corrente para a análise do valor em uso e como resultado desta análise realizada na data base de 31 de dezembro de 2020 não foi identificado necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia, além dos montantes já provisionados.

10. INTANGÍVEL

	Consolidado							
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Transferências para serviços	Saldo em 31.12.2019	Adições	Reclassificação	Transferências para serviços	Saldo em 31.12.2020
INTANGÍVEL EM CURSO								
Software	17	34	-	51	16	-	(67)	-
Servidão	2.426	345	(2.640)	131	665	-	(4)	792
Total Intangível em curso	2.443	379	(2.640)	182	681	-	(71)	792
INTANGÍVEL								
Software	-	-	-	-	-	-	67	67
Servidão	211	-	2.640	2.851	-	86	4	2.941
Total Intangível em serviço	211	-	2.640	2.851	-	86	71	3.008
Total do Intangível	2.654	379		3.033	681	86	-	3.800

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores				
Materiais e serviços	148	242	13.263	13.661
Total	148	242	13.263	13.661

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações devidas com fornecedores de materiais e serviços referem-se na sua grande maioria a contabilização de notas fiscais emitidas por empresa subcontratada para industrialização de equipamentos eletromecânicos, cujo pagamento se deu diretamente a contratada principal através de adiantamentos realizados. A Companhia aguarda somente a apresentação de cartas de cessão de créditos a serem apresentadas pela contratada principal para abatimento dos saldos através das contas de adiantamentos realizados.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora			
	Circulante			
	Principal	Total	31.12.2020	31.12.2019
PCH Dores de Guanhães	2.582	2.582	2.582	484
PCH Senhora do Porto	1.107	1.107	1.107	-
Total	3.689	3.689	3.689	484

	Consolidado						
	Circulante			Não Circulante		Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2020	31.12.2019
Financiamentos (BNDES)	11.606	1.069	12.674	114.836	114.836	127.510	139.436
Total	11.606	1.069	12.674	114.836	114.836	127.510	139.436

A concessão de colaboração financeira pelo BNDES foi expedida de acordo com os subcréditos abaixo demonstrados:

Controladas	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C	Limite do financiamento
PCH Dores de Guanhães	42.300	14.800	600	57.700
PCH Fortuna II	29.000	10.400	400	39.800
PCH Jacaré	29.800	10.400	400	40.600
PCH Senhora do Porto	39.400	13.900	500	53.800
Total	140.500	49.500	1.900	191.900

Segue abaixo as condições contratuais dos financiamentos vigentes em 2020:

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Início	Forma de pagamento	Término
BNDES - Subcrédito A	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	ago/15	Mensal	fev/31
BNDES - Subcrédito B	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	ago/15	Mensal	fev/31
BNDES - Subcrédito C	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Dores de Guanhães	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Dores de Guanhães	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Dores de Guanhães	12/02/2014	R\$	TJLP	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP	set/15	Mensal	ago/30

Segue abaixo a movimentação dos financiamentos em 31 de dezembro 2020 e 2019:

	Controladora		
	Principal	Encargos	Total
Saldo em 01.01.2019	-	-	-
Captação de mútuo	484	-	484
Saldo em 31.12.2019	484	-	484
Captação de mútuo	3.735	-	3.735
Amortização de principal	(530)	-	(530)
Encargos, juros e correções	-	11	11
Encargos pagos	-	(11)	(11)
Saldo em 31.12.2020	3.689	-	3.689

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
Saldo em 01.01.2019	142.284	9.753	152.037
Amortização de principal	(13.025)	-	(13.025)
Encargos, juros e correções	-	11.628	11.628
Encargos pagos	-	(11.204)	(11.204)
Saldo em 31.12.2019	129.259	10.177	139.436
Captação	1.178	-	1.178
Amortização de principal	(13.063)	-	(13.063)
Encargos, juros e correções	-	8.974	8.974
Encargos pagos	-	(9.015)	(9.015)
Saldo em 31.12.2020	117.374	10.136	127.510

Em 22 de setembro de 2020 foram liberados recursos do BNDES para as controladas no total de R\$1.178, referentes ao subcrédito C.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2020:

Consolidado	
Ano	Total
2022	13.075
2023	13.075
2024	13.074
Após 2024	75.612
Total	114.836

Covenants

O contrato de financiamento com o BNDES possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívida da Companhia. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a determinados covenants não financeiros e não manutenção de uma aplicação restrita de 3 (três) vezes o valor da prestação devida (nota 5). Ademais, as cláusulas contratuais de apuração anual do índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,3, onde o não cumprimento deste indicador impossibilita o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do limite mínimo legal, e pode implicar em aplicação de multa pelo BNDES. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente apenas para as controladas PCH Dores de Guanhães e PCH Senhora do Porto.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência do não cumprimento do indicador ICSD pela Companhia e por suas controladas PCH Fortuna II e PCH Jacaré para o exercício de 2020, em 29 de dezembro de 2020, através da carta AE/DEENE3 N° 215/2020, o BNDES extinguiu a obrigação do ICSD mínimo de 1,3 exclusivamente ao exercício de 2020, para a Companhia e estas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R\$548.626, dividido em 279.799.260 ações ordinárias nominativas A pertencentes a Light Energia S.A. e 268.826.740 ações ordinárias nominativas de classe B pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), ambas sem valor nominal e totalmente subscritas.

Cada classe de ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais, com direito a (i) eleger, em votação em separado, dois membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) indicar, alternadamente, a cada mandato de três anos, na forma do disposto em acordo de acionista, o Presidente ou o Vice-presidente do Conselho de Administração, sendo asseguradas as seguintes vantagens a cada uma delas:

- Ações Ordinárias Classe A: terão direito a indicar o Diretor Administrativo-Financeiro.
- Ações Ordinárias Classe B: terão direito a indicar o Diretor Técnico-Comercial.

Os acionistas da Companhia e as suas respectivas participações no capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são os seguintes:

ACIONISTAS	31.12.2020		31.12.2019	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
Light Energia S.A.	279.799.260	51	279.799.260	51
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	268.826.740	49	268.826.740	49
Total Geral	548.626.000	100	548.626.000	100

b) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em decorrência dos prejuízos acumulados apresentados pela Companhia, não houve distribuição de dividendos nos exercícios de 2020 e 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude dos prejuízos acumulados apresentados pela Companhia.

d) Lucro (prejuízo) por ação

A tabela a seguir concilia o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído nos exercícios de 2020 e 2019.

	Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019
NUMERADOR		
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	1.394	(1.946)
DENOMINADOR		
Ações ordinárias	548.626.000	497.884.533
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	0,003	(0,004)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Suprimento de energia	51.037	52.913
(-) PIS e COFINS	(1.863)	(1.930)
TOTAL	49.174	50.983

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado ("ACR") e no ambiente de contratação livre ("ACL"). Em 21 de agosto de 2015, as controladas sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

Adicionalmente, em caso de eventuais sobras ou faltas de energia gerada em relação à energia contratada para venda, a Companhia precisa recorrer ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo.

15. CUSTOS E DESPESAS DA OPERAÇÃO

CUSTOS	Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Energia elétrica comprada para revenda	(9.275)	(15.259)
Materiais	(250)	(166)
Encargos e taxas	(1.000)	(1.135)
Serviços de terceiros	(5.596)	(5.788)
Depreciações	(17.083)	(14.008)
Outros custos	(279)	(1.181)
	(33.483)	(37.537)

DESPESAS DA OPERAÇÃO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Pessoal e encargos	-	(711)	(537)	(1.083)
Administrativas	-	(76)	(225)	(215)
Serviços de terceiros	-	(502)	(1.769)	(3.294)
Depreciações	-	(11)	-	(10)
Outras despesas	-	(203)	(326)	(294)
Total	-	(1.503)	(2.857)	(4.896)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
RECEITAS FINANCEIRAS				
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	144	378	292	750
Outras receitas financeiras	-	-	48	103
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	144	378	340	853
DESPESAS FINANCEIRAS				
Despesas financeiras	(4)	(5)	(139)	(24)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(8.974)	(9.026)
Outras despesas financeiras	-	(55)	(1.100)	(593)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(4)	(60)	(10.213)	(9.643)
RESULTADO FINANCEIRO	140	318	(9.873)	(8.790)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Suprimento de Energia	-	-	51.037	52.913
Receitas financeiras	144	378	340	853
Base de cálculo IRPJ(8% Energia)	-	-	4.083	4.233
Base de cálculo receitas financeiras	-	-	295	475
Despesas não dedutíveis	118	-	-	-
(-)Despesas dedutíveis	122	316	-	-
(-)Prejuízo fiscal	41	19	-	-
Total da base IRPJ	99	43	4.378	4.751
IRPJ-15%	15	6	657	713
Adicional IRPJ- 10%	-	-	333	375
Total IRPJ	15	6	990	1.088
Base de cálculo CSLL (12% Energia)	-	-	6.124	6.350
Base de cálculo receitas financeiras	99	43	295	475
Total da base CSLL	99	43	6.419	6.825
CSLL - 9%	9	4	578	618
Imposto de renda e contribuição social	24	10	1.567	1.706

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os principais valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

ATIVO	Controladora					
	31.12.2020				31.12.2019	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	Custo amortizado	22	22	422	422
Títulos e valores mobiliários (CDB)	2	VJR	5.955	5.955	5.693	5.693
Créditos com partes relacionadas	2	Custo amortizado	922	922	732	732
Total			6.899	6.899	6.847	6.847

PASSIVO	Controladora					
	31.12.2020				31.12.2019	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	3.689	3.689	484	484
Fornecedores	2	Custo amortizado	148	148	242	242
Outros débitos	2	Custo amortizado	92	92	228	228
Total			3.929	3.929	954	954

ATIVO	Consolidado					
	31.12.2020				31.12.2019	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	Custo amortizado	5.940	5.940	4.542	4.542
Títulos e valores mobiliários (CDB)	2	VJR	12.028	12.028	12.412	12.412
Concessionárias, permissionárias e clientes	2	Custo amortizado	5.975	5.975	5.766	5.766
Total			23.943	23.943	22.720	22.720
PASSIVO	Consolidado					
	31.12.2020				31.12.2019	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo
Fornecedores	2	Custo amortizado	13.263	13.263	13.661	13.661
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	127.510	127.510	139.436	139.436
Outros débitos	2	Custo amortizado	4.542	4.542	5.728	5.728
Total			145.315	145.315	158.825	158.825

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo.

Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

	Controladora						Consolidado					
	31.12.2020			31.12.2019			31.12.2020			31.12.2019		
	R\$	% da Aplicação	% da Dívida	R\$	% da Aplicação	% da Dívida	R\$	% da Aplicação	% da Dívida	R\$	% da Aplicação	% da Dívida
CDI	5.955	100%	0%	5.693	100%	0%	12.028	100%	0%	12.412	100%	0%
TJLP	-	-	-	-	-	-	127.510	-	100%	139.436	-	100%
Total	5.955	100%	0%	5.693	100%	0%	139.538	100%	100%	151.848	100%	100%

b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos da Companhia e de suas controladas, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2021. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 31 dezembro de 2020).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2020).

Controladora					
Operação	Risco	Saldo base	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS			170	128	85
Títulos e valores mobiliários	CDI	5.955	170	128	85
PASSIVOS FINANCEIROS			(168)	(210)	(252)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	3.689	(168)	(210)	(252)
TOTAL			2	(82)	(168)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
TJLP (Projetado para 31.12.2021)			4,55%	5,69%	6,83%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				-25%	-50%
CDI (Projetado para 31.12.2021)			2,86%	2,15%	1,43%

Consolidado					
Operação	Risco	Saldo Base	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS			344	258	172
Títulos e valores mobiliários	CDI	12.028	344	258	172
PASSIVOS FINANCEIROS			(5.802)	(7.252)	(8.703)
Financiamentos - BNDES	TJLP	127.510	(5.802)	(7.252)	(8.703)
TOTAL			(5.458)	(6.994)	(8.532)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
TJLP (Projetado para 31.12.2021)			4,55%	5,69%	6,83%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				-25%	-50%
CDI (Projetado para 31.12.2021)			2,86%	2,15%	1,43%

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de suas controladas de incorrerem em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota explicativa 12.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros futuros):

Instrumentos Financeiros	Controladora					Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	-	3.689	-	-	3.689	5.047	16.067	78.252	75.932	175.298
Fornecedores	148	-	-	-	148	5.567	7.696	-	-	13.263

e) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

f) Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Dívida de empréstimos e financiamentos (Nota 12)	3.689	484	127.510	139.436
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	22	422	5.940	4.542
(-) Título e valores mobiliários (Nota 6)	5.955	5.693	12.028	12.412
Dívida líquida (A)	(2.288)	(5.631)	109.542	122.482
Patrimônio líquido (B)	268.145	266.751	268.145	266.751
Percentual de capital de terceiros - % (A÷(B+A))	(1%)	(2%)	29%	46%

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Contratos com o mesmo grupo	Valor original	Período de vigência	Controladora						
			Condições contratuais	Ativo		Passivo		Despesa	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mútuos celebrados com a PCH Dores de Guanhães	2.582	2020	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	2.582	484	-	-
Mútuos celebrados com a PCH Senhora do Porto	1.107	2020	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	1.107	-	-	-
Emissão de notas de débitos para PCH Dores de Guanhães referente a reembolso de despesas administrativas	126	2020	Notas de débitos	126	107	-	-	-	-
Emissão de notas de débitos para PCH Senhora do Porto referente a reembolso de despesas administrativas	110	2020	Notas de débitos	110	93	-	-	-	-
Emissão de notas de débitos para PCH Jacaré referente a reembolso de despesas administrativas	284	2020	Notas de débitos	284	240	-	-	-	-
Emissão de notas de débitos para PCH Fortuna II referente a reembolso de despesas administrativas	402	2020	Notas de débitos	402	292	-	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos com o mesmo grupo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Consolidado					
				Ativo		Passivo		Despesa	
				31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controlada PCH Dores de Guanhães									
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	2.333	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	254	256
Contrato Owner's Engineering – Serviços de Engenharia do Proprietário para acompanhamento das pendências de implantação das PCH's - Cemig GT	170	24 meses	Contrato entra em vigor a partir da emissão da Ordem de Serviço.	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	6.196	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	63.811	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Controlada PCH Jacaré									
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	1.568	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	168	173
Contrato Owner's Engineering – Serviços de Engenharia do Proprietário para acompanhamento das pendências de implantação das PCH's - Cemig GT	170	24 meses	Contrato entra em vigor a partir da emissão da Ordem de Serviço.	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	4.276	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	44.038	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Controlada PCH Senhora do Porto									
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	2.056	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	224	226
Contrato Owner's Engineering – Serviços de Engenharia do Proprietário para acompanhamento das pendências de implantação das PCH's - Cemig GT	170	24 meses	Contrato entra em vigor a partir da emissão da Ordem de Serviço.	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	5.673	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	58.418	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Controlada Fortuna II									
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	1.568	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	164	165
Contrato Owner's Engineering – Serviços de Engenharia do Proprietário para acompanhamento das pendências de implantação das PCH's - Cemig GT	170	24 meses	Contrato entra em vigor a partir da emissão da Ordem de Serviço.	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	4.276	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	44.038	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-	-

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem garantia corporativa da Light S.A..

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. SEGUROS

O Grupo Guanhães possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2020:

Seguro de Riscos Operacionais: cobre os danos causados às controladas, com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos.

Seguro de Responsabilidade civil e geral: objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguem abaixo relação dos seguros:

Riscos	Controladas	Data da Vigência		Importância Segurada	LMI
		De	Até		
Risco de Operacional	PCH Senhora do Porto S.A.	30/05/2020	30/11/2021	86.361	111.584
Risco de Operacional	PCH Dores de Guanhães S.A.	30/05/2020	30/11/2021	86.004	111.584
Risco de Operacional	PCH Fortuna II S.A.	30/05/2020	30/11/2021	68.899	111.584
Risco de Operacional	PCH Jacaré S.A.	30/05/2020	30/11/2021	59.833	111.584
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Senhora do Porto S.A.	30/05/2020	30/11/2021	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Dores de Guanhães S.A.	30/05/2020	30/11/2021	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Fortuna II S.A.	30/05/2020	30/11/2021	N/A	10.000
Responsabilidade Civil e Geral	PCH Jacaré S.A.	30/05/2020	30/11/2021	N/A	10.000

Os seguros do Grupo Guanhães são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Consolidado	
Ano	Energia Contratada Total (MW médio)
2021	23,1
2022	23,1
2023	23,1
2024	23,1
2025 a 2047	23,1

(*) O volume de energia contratada não faz parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

22. CONTINGÊNCIAS

Ações de desapropriação

A Guanhães Energia e suas controladas possuem ações de desapropriação em face de atingidos pelo empreendimento, em razão da (i) necessidade de formação dos reservatórios (aplicável à Guanhães Energia); (ii) formação de área de preservação permanente (APP) (aplicável as controladas); e (iii) os valores da indenização não terem sido acordados amigavelmente. Os valores discutidos já se encontram depositados judicialmente e a Companhia e suas controladas figuram no polo ativo da demanda.